

**UNIVERSIDADE DE CAMPINAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Camila Silveira Carvalho
Maria Ligia Teixeira
Ricardo Alves de Souza

PROBLEMA:

POUCO INCENTIVO DA PREFEITURA EM AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:

SECRETÁRIO DE GOVERNO DA PREFEITURA DE SÃO JOÃO DEL-REI – MG (PT)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas, pela Universidade Estadual de Campinas.

Monitor: Daniel Calbino

São Paulo
2015

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	3
2. FLUXOGRAMA.....	5
3. COMENTÁRIOS ANALÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE NÓS EXPLICATIVOS.....	6
3.1 Análise dos Nós Estratégicos	8
3.2.1 NE1	8
3.2.2 NE2	8
3.2.3 NE3	9
4. ÁRVORE DO PROBLEMA	12
5. PLANO DE AÇÃO.....	13
6. ANÁLISE DE ATORES	17
7. ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES.....	21
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

1. APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Para discutir a Economia Solidária, é imprescindível buscar a definição do termo, abordado de forma clara pelo economista Paul Singer:

"Enquadram-se neste ramo da economia solidária atividades organizadas sob a forma de autogestão, que procura a valorização da ação humana conjunta. A economia solidária é resultado do desespero dos trabalhadores que foram arruinados pelas inovações técnicas da Revolução Industrial. As pessoas estavam desempregadas. Juntas, suas chances eram maiores. A economia solidária foi o modo de sobrevivência encontrado por elas." (SINGER, 2013, p.1)

Assim, a Economia Solidária pode ser entendida como uma solução viável de inclusão social, realizada através de formas cooperativas de geração de trabalho e renda. No Brasil, houve nos últimos anos importantes avanços na área, mesmo com as inúmeras barreiras impostas pelo sistema capitalista. Deste modo, é preciso estabelecer uma alternativa a esse modelo que impera o mundo atual. No âmbito das políticas locais, é possível perceber a falta de legislação e outros incentivos, sendo estes, um dos maiores obstáculos para que a Economia Solidária cresça e se estabeleça como uma forma de produção social e popular.

Segundo o economista Márcio Pochmann, o ciclo de expansão industrial brasileiro fez com que as atividades ocupacionais, mesmo de autoconsumo e trabalho não remunerado, estivessem direta ou indiretamente dependentes do capital. Deste modo, o papel do Estado, este confundido com o ciclo político eleitoral, tem sua atuação incompleta por não apontar saídas emancipatórias satisfatórias. (POCHMANN, 2004, p.30).

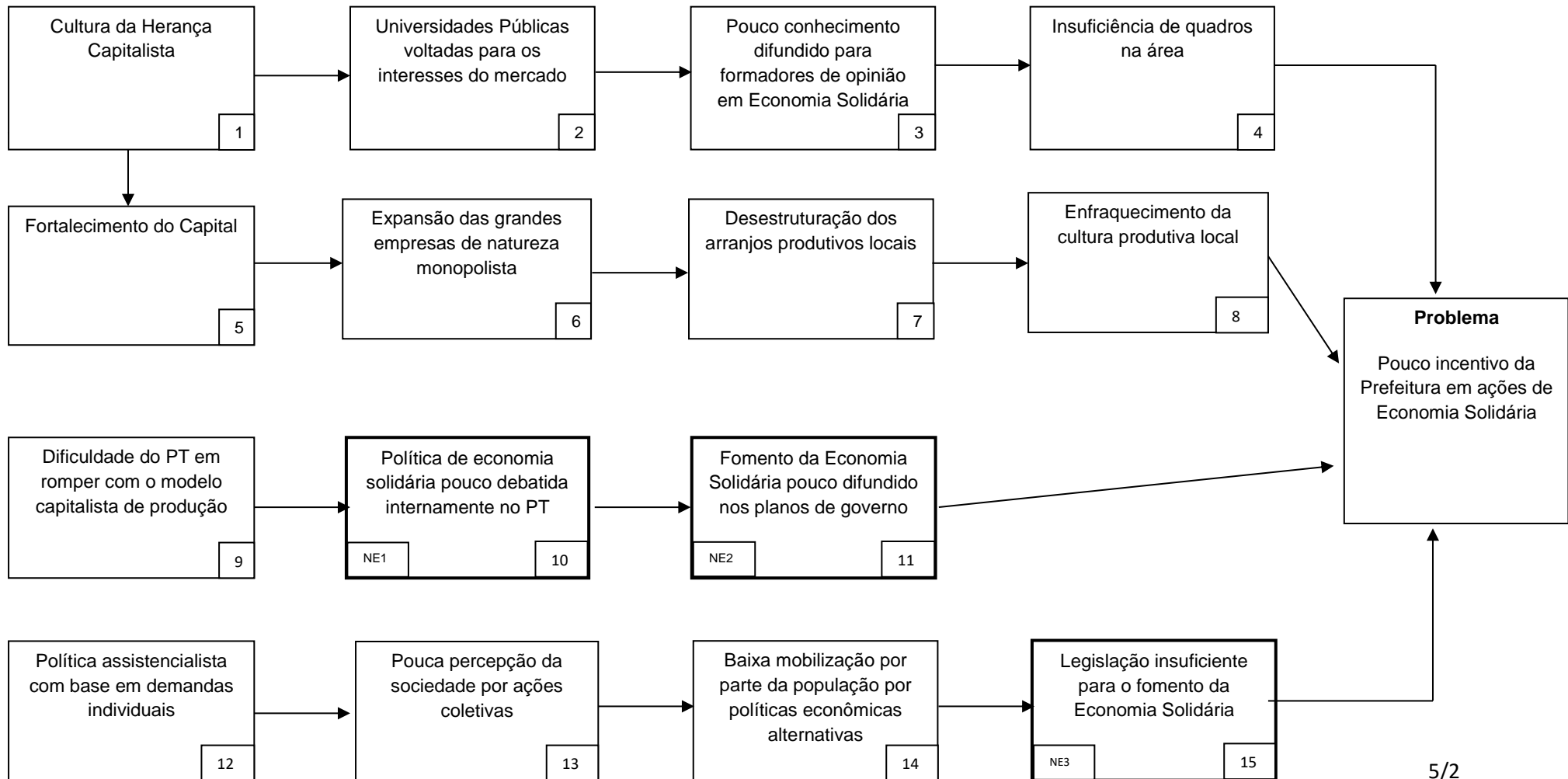
Por ser uma cidade histórica e tradicional, São João del-Rei tem sua herança já impregnada de assistencialismo e paternalismo, fatores que dificultam a abertura para novas iniciativas do governo municipal e de aceitação de novos projetos por parte da população. Ao debater as iniciativas no município, é perceptível que, apesar de existir iniciativas, em especial por parte da sociedade, estas são sutis e necessitam de uma melhor estruturação ou incentivo do poder público. No entanto, observa-se que, em grande parcela das ações, há um incentivo significativo ao Capital.

Tais situações são visíveis, por exemplo, quando uma grande empresa negocia sua instalação em um município, são-lhe dados incentivos como isenção ou redução de impostos, obras de infra-estrutura e cursos para qualificar a mão-de-obra. Posteriormente, os lucros obtidos através destes investimentos são enviados para a chefia principal e, diante de um problema econômico latente, as demissões são a opção mais utilizada. Em contraponto, os projetos de economia solidária tendem a manter os recursos dentro ou próximo à área em que são desenvolvidos e, em momentos de crise, há uma redução igualitária nos rendimentos, mas mantendo os envolvidos.

Por fim, a economia solidária, quando aplicada com o viés coletivo e sustentável, pode ser uma política viável, que irá garantir a subsistência e o progresso de uma determinada localidade.

2. FLUXOGRAMA

Autor que declara o problema:
 Secretário de Governo da
 Prefeitura de São João del-Rei –
 MG do PT



3. COMENTÁRIOS ANALÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE NÓS EXPLICATIVOS

No contexto atual, observa-se que as prefeituras oferecem pouco incentivo à Economia Solidária. Vale destacar que, este projeto tem se tornado uma alternativa viável a dependência do capital, capaz de modificar a realidade de uma localidade. Assim, para compreender este problema, foram estabelecidas quatro linhas que compreende em nós explicativos, interligados às raízes, que são bases para o desenvolvimento deste caso.

Na cadeia causal número 1, entende-se que, a partir da evolução histórica da humanidade, principalmente do século XV até os dias atuais, o Mercantilismo transformou-se no Capitalismo, sistema econômico que domina mundialmente a civilização. Deste modo, através da dominação cultural, as universidades públicas passaram a ser uma ferramenta de criação de mão-de-obra para abastecer o mercado e atender aos detentores do capital. Por conseguinte, há pouca disseminação de outras formas econômicas, como a Economia Solidária. E, se não há uma qualificação para aprimorar outras formas econômicas, cria-se uma escassez de pessoas que possam melhorar e ampliar estes novos caminhos.

Já na cadeia causal número 2, com a globalização, houve um grande fortalecimento do capital, que passa a ampliar e monopolizar os mercados. Isso faz com que os arranjos produtivos locais sucumbam por não conseguirem competir, o que gera um enfraquecimento da cultura produtiva local.

Sob a cadeia causal número 3, o capital mantém muitos cidadãos dependentes através de políticas assistencialistas tradicionais e que prejudica uma visão coletiva da sociedade. Desta forma, a própria sociedade não busca formas alternativas ao capital, mas sim formas empreendedoras de ligação a uma ascensão no mercado. E, se há baixa demanda da opinião pública, há também pouco interesse dos seus representantes que não criam leis adequadas.

Por fim, na cadeia casual número 4, o foco é o Partido dos Trabalhadores - PT, criado com o intuito de confrontar as idéias neoliberais e de criar propostas para reduzir a dependência do povo ao capital. Porém, em sua trajetória, fica evidente a dificuldade em romper com o modelo capitalista de produção. Deste modo, parte deste problema é em virtude do tema ter sido pouco debatido internamente, o que fez com que a Economia Solidária apareça de forma tímida em seus planos de governo.

Portanto, a ausência de política pública em economia solidária reflete no cotidiano da população e na sua total dependência do mercado econômico capitalista. É importante salientar que o PT Nacional criou o Setorial de Economia Solidária, porém há pouca organização desses núcleos nos Estados e municípios e tal política não é apresentada como eixo prioritário em suas gestões.

3.1- Análises dos Nós Estratégicos

3.2.1 - NE1- Política de econômica solidária pouco debatida internamente no Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores foi criado com o objetivo de efetivar o compromisso com a população explorada e com a soberania do país. Porém, mesmo a economia solidária sendo um viés para este princípio, é fato que, hoje há um baixo conhecimento da temática entre os filiados. Vale destacar que, o Setorial de Economia Solidária é pouco difundido nas instâncias municipais e estaduais no partido.

Assim, por ser caracterizado como um partido plural e possuir militantes em diversas áreas como saúde, educação, sindical, etc., em muitos casos os filiados não conhecem as experiências de militantes que atuam na Economia Solidária. Sem conhecimento, estes não possuem condições de multiplicar e explicar os possíveis ganhos sociais. Ao realizar plenárias, debates e palestras, será possível apresentar as diversas iniciativas em nosso país, quais entraves existem para ampliar esse trabalho e como debatê-los na sociedade. Por fim, é preciso fomentar capacitações em torno da temática e promover uma formação política de esquerda para os filiados.

3.2.2 - NE2 - Fomento da Economia Solidária pouco difundido nos planos de governo

À medida que o primeiro nó estratégico é trabalhado e desenvolvido entre os filiados, o entendimento de que a Economia Solidária gera melhorias sociais e geração de renda, cria-se uma consciência da importância da ampliação do projeto. Com isso, mais candidatos irão trazer para seus planos de governo e para suas articulações políticas a implantação de projetos nesta área. Mas, o mais importante, muitos tentarão reduzir a influência do capital em suas campanhas, principalmente nas áreas onde se pretende avançar com a Economia Solidária.

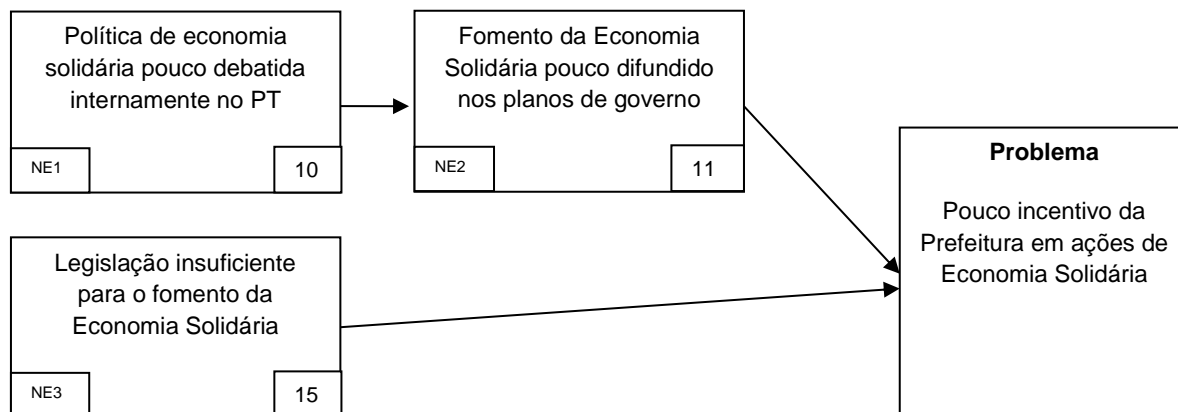
Deste modo, é preciso estabelecer um projeto de governo com possibilidades concretas de esquerda e consolidar os ideais anticapitalistas defendidos pelo PT. Para romper com o modelo econômico atual, é essencial pensar em uma política pública que propicie um desenvolvimento local sustentável.

3.2.3- NE3- Legislação insuficiente para o fomento da Economia Solidária

Com a eleição do ex-presidente Lula, a Economia Solidária ganhou força e espaço, porém ainda carece de legislações específicas que incentivem o desenvolvimento da área. É importante destacar que a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, no primeiro ano do governo do PT, a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária e a realização de três conferências nacionais de economia solidária foram vitais para o aprofundamento das políticas públicas no setor.

No entanto, para fomentar a produção, a comercialização e o consumo solidário é indispensável uma legislação que possa garantir espaços para os produtores diante da alta concorrência do mercado.

4. ÁRVORE DO PROBLEMA



A.1.1- Criar o Setorial de Economia Solidária;
A.1.2- Fomentar capacitações em torno da temática;
A.1.3- Promover uma formação política de esquerda para os filiados.

A.2.1- Criar o Conselho e o Fundo Municipal de Economia Solidária;
A.2.2- Estimular a formação de cooperativas e associações;
A.2.3- Criar setor de apoio e assessoria técnica.

Política de economia solidária pouco debatida internamente no PT
NE1 10

Fomento da Economia Solidária pouco difundido nos planos de governo
NE2 11

Legislação insuficiente para o fomento da Economia Solidária
NE3 15

Problema
Pouco incentivo da Prefeitura em ações de Economia Solidária

A.3.1- Criar o Programa Municipal de Economia Solidária;
A.3.2- Criar projetos para utilizar o Fundo Municipal de Economia Solidária;
A.3.3- Desburocratizar o processo de registro de vendas e a legalização das cooperativas e associações no município.

3.1. PAINEL 1 - Árvore de problemas

Nó Estratégico	Ações	Resultado das ações
NE 1 – Política de economia solidária pouco debatida internamente no PT	A.1.1- Criar o Setorial de Economia Solidária; A.1.2- Fomentar capacitações em torno da temática; A.1.3- Promover uma formação política de esquerda para os filiados.	1.1 - Núcleo formado por representantes de movimentos sociais, gestores públicos e demais filiados com reuniões frequentes. 1.2 - Oficinas com carga horária de 4 horas 1.3 - Seminário de formação com carga horária de 16 horas.
NE 2 – Fomento da Economia Solidária pouco difundido nos planos de governo	A.2.1- Criar o e o Fundo Conselho Municipal de Economia Solidária; A.2.2- Estimular a formação de cooperativas e associações; A.2.3- Criar um setor de apoio e assessoria técnica.	2.1 - Conselho formado e empossado; 2.2 - 10 cooperativas ou associações organizadas; 2.3 - Setor estruturado com profissionais necessários para auxiliar na organização de associações ou cooperativas.
NE 3 – Legislação insuficiente para o fomento da Economia Solidária	A.3.1- Criar o Programa Municipal de Economia Solidária; A.3.2- Criar Projetos para o utilizar Fundo Municipal de Economia Solidária; A.3.3- Desburocratizar o processo de registro de vendas e a legalização das cooperativas e associações no município.	3.1 - Feiras estruturadas; 3.2 - Lei específica aprovada pelo Legislativo; 3.3 - Agilidade nos procedimentos internos, com redução do prazo de entrega.

5. PLANO DE AÇÃO

PAINEL 2.1

NE 1 – Política de economia solidária pouco debatida internamente no PT

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos (meses)	Responsável
A.1.1- Criar o Setorial de Economia Solidária;	1.1.1 - Levantar filiados interessados; 1.1.2 - Eleger coordenação; 1.1.3 - Apresentar e formalizar a criação do setorial junto ao diretório municipal.	Organizacional Político	3 meses	Secretaria Municipal de Organização do PT, Presidente do PT
A.1.2- Fomentar capacitações em torno da temática;	1.2.1- Convidar palestrantes da área; 1.2.2- Mobilizar filiados.	Organizacional Político Cognitivo Financeiro	2 meses	Coordenação do Setorial de Economia Solidária do PT
A.1.3- Promover uma formação política de esquerda para os filiados.	1.3.1 – Estabelecer parceria entre FPA; 1.3.2 – Convidar as referencias do partido; 1.3.3 – Organizar e mobilizar filiados.	Organizacional Político Cognitivo Financeiro	3 meses	Executiva, Secretarias e Setoriais do PT

PAINEL 2.2

NE 2 – Fomento da Economia Solidária pouco difundido nos planos de governo

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A.2.1- Criar o Conselho e o Fundo Municipal de Economia Solidária;	2.1.1- Analisar leis de outros municípios; 2.1.2- Levantar entidades do município; 2.1.3- Elaborar projeto de lei em conjunto com a sociedade civil; 2.1.4- Encaminhar para apreciação e aprovação do poder legislativo.	Organizacional Político	6 meses	Secretarias Municipais de Governo e de Administração
A.2.2- Estimular a formação de cooperativas e associações;	2.2.1- Preparar cursos na área junto a comunidades; 2.2.2 – Mobilizar interessados	Organizacional Político Cognitivo Financeiro	6 meses	Secretaria Municipal de Governo
A.2.3- Criar setor de apoio e assessoria técnica.	2.3.1 – Buscar entre os servidores efetivos técnicos das áreas de contabilidade, administração e direito; 2.3.2- Realizar curso formação em economia solidária para a equipe; 2.3.2 – Divulgar o serviço para as comunidades.	Organizacional Político Cognitivo Financeiro	6 meses	Secretaria Municipal de Governo

PAINEL 2.3

NE 3 – Legislação insuficiente para o fomento da Economia Solidária

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A.3.1- Criar o Programa Municipal de Economia Solidária;	3.1.1 – Buscar experiências de outros municípios; 3.1.2- Construir em conjunto com o Conselho Municipal de Economia Solidária; 3.1.3 – Estabelecer recursos financeiros no orçamento municipal; 3.1.4 - Encaminhar para apreciação e aprovação do poder legislativo.	Organizacional Político Cognitivo Financeiro	1ano	Secretaria Municipal de Governo, Conselho Municipal de Economia Solidária
A.3.2- Criar projetos para utilizar o Fundo Municipal de Economia Solidária;	3.2.1- Analisar leis de outros municípios; 3.2.2- Levantar entidades do município; 3.2.3- Elaborar projetos em conjunto com o Conselho Municipal de Economia Solidária e com a sociedade civil.	Organizacional Político	6 meses	Secretaria Municipal de Governo, Conselho Municipal de Economia Solidária
A.3.3- Desburocratizar o processo de registro de vendas e a legalização das cooperativas e associações no município.	3.3.1 – Reunir com os setores responsáveis; 3.3.2 – Unificar em um único setor a regularização e regulamentação; 3.3.3 – Melhorar o sistema interno; 3.3.4 – Criar módulo de acompanhamento online do pedido.	Organizacional Político	8 meses	Secretaria Municipal de Governo e Fazenda Municipal

6. ANÁLISE DE ATORES

PAINEL 3.1 - Ação 1.1 – Criar o Setorial de Economia Solidária no PT

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretaria Municipal de Organização do PT	Sugere a criação de setoriais	Depende do interesse de filiados para compor o setorial	Convocar todos os filiados para debater o tema e propõe a criação do setorial	Não realizar a mobilização necessária	Levantar a importância da temática e da organização do setorial em reuniões do diretório e/ou executiva do PT
Presidente do PT	Coordenado o processo de formalização do setorial junto ao Diretório do PT	Depende do interesse de filiados para compor o setorial	Mobiliza os filiados e os demais membros da Executiva	Não realizar a mobilização necessária	Estimular e enfatizar a importância da criação do Setorial junto aos filiados

PAINEL 3.2 - Ação 1.2- Fomentar capacitações em torno da temática

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Coordenação do Setorial de Economia Solidária do PT	Mobiliza os filiados	Depende de recursos para montar uma estrutura	Prepara materiais e palestras	Não realizar a mobilização necessária e/ou não estruturar o setorial	Definir um cronograma de atividades

PAINEL 3.3 - Ação 1.3 – Promover uma formação política para os filiados

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Presidente do PT	Coordena o Partido	Não prioriza a organização interna, partido possui uma mala direta deficitária	Mobilizar os filiados	Não auxiliar na mobilização	Cobrar apoio para o desenvolvimento das atividades de formação
Coordenação do Setorial de Economia Solidária do PT	Mobiliza os filiados militantes da temática	Depende de recursos para executar suas ações	Mobilizar os filiados e apoiadores	Não realizar a mobilização necessária	Estimular o setorial a desenvolver suas funções

PAINEL 3.4 - Ação 2.1 – Criar o Conselho e o Fundo Municipal de Economia Solidária

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário Municipal de Governo	Servidores e cargos de confiança que trabalham na secretaria	Equipe reduzida; - Secretaria possui outras obrigações que consomem o tempo de trabalho dos funcionários.	Definir equipe que irá pesquisar leis, projetos e programas já aplicados em outros municípios (levantamento)	A morosidade da equipe em realizar o levantamento necessário.	Realizar reunião para cobrar encaminhamentos da equipe responsável
Secretaria de Administração	Realiza os encaminhamentos formais para a Câmara	Burocracia excessiva	Auxiliar no processo final de formatação da lei	Lentidão	Negociar prazos

PAINEL 3.5 - Ação 2.2 - Estimular a formação de cooperativas e associações

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário Municipal de Governo	Recursos financeiros para elaborar materiais e/ou contratar palestrantes e organizar cursos	A secretaria possui outras obrigações que também demandam recursos financeiros.	Priorizar a temática da economia solidária e garantir recursos financeiros necessários.	A definição de outras temáticas como prioridade de trabalho.	Fazer reunião para cobrar o andamento do levantamento proposto e estabelecer com o Prefeito Municipal a temática como ação prioritária de governo.

PAINEL 3.6 - Ação 2.3 – Criar o setor de apoio e assessoria técnica

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário Municipal de Governo	Servidores e cargos de confiança que trabalham na secretaria	Quadro técnico da Prefeitura insuficiente	Realocar e/ou contratar funcionários técnicos; Qualificar equipe técnica para dar suporte as entidades que atuam na Economia Solidária.	A definição de outras temáticas como prioridade.	Levantar as demandas com as entidades e criar um fórum permanente para acompanhamento.
Secretaria de Administração	Administra todo o recurso humano da Prefeitura	Má distribuição do quadro de funcionário entre os setores técnicos	Realocar funcionários ou realizar processo seletivo para contratação	Funcionários técnicos sobrecarregados; Gasto com pessoal com percentual elevado.	Negociar a redistribuição do quadro técnico da Prefeitura

PAINEL 3.7 - Ação 3.1 – Criar o Programa Municipal de Economia Solidária

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário Municipal de Governo	Coordena o setor responsável pela articulação comunitária	Falta de prioridade do Governo Municipal ou falta de recursos	Elencar o programa como prioridade para sua equipe de trabalho	Estabelecer outros projetos como prioridade	Acompanhar o trabalho e cobrar avanços
Conselheiros Municipais de Economia Solidária	Movimenta a política de economia solidária	Falta de organização ou falta de recursos	Criar e apresentar ao gestor um cronograma de trabalho e providências a serem tomadas	Não se reunir e não pressionar para o gestor tomar as providências necessárias	Liberar um servidor para atuar como secretário executivo

3. PAINEL 3.8 - Ação 3.2 - Criar o fundo municipal de economia solidária

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário Municipal de Governo	Coordena o setor responsável pelo apoio aos conselhos municipais	Falta de prioridade do Governo Municipal ou falta de recursos	Elaborar projetos e encaminhar para análise da sociedade	Estabelecer outros projetos como prioridade	Acompanhar o trabalho e cobrar avanços
Conselheiros Municipais de Economia Solidária	Movimenta a política de economia solidária	Falta de interesse	Auxiliar na elaboração dos projetos	Não cobrar ou contribuir no processo	Acompanhar as reuniões

3. PAINEL 3.9 - Ação 3.3 – Desburocratizar o processo de registro de vendas e a legalização das cooperativas e associações no município

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário Municipal de Governo	Coordena o setor responsável pelo apoio aos conselhos municipais	Não buscar as informações necessárias para saber onde atuar	Elaborar projetos de lei ou efetivar procedimentos internos que reduzam a burocracia	Não estudar os processos atuais e assim não executar melhorias	Cobrar de forma constante as providencias
Fazenda Municipal	Elabora, gerencia e executa a política tributária, contábil e financeira da Prefeitura	Burocracia e morosidade nos processos	Agilidade e organizar setor específico para atender as associações e/ou cooperativas	Engessamento interno e ausência de retorno aos contribuintes	Negociar e estabelecer procedimentos

7. ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

PAINEL 4

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	A cidade tem raízes muito conservadoras e os empresários são extremamente organizados através da Associação Comercial e do Sindicato do Comércio. Vale destacar que estes exercem um forte controle econômico e político sob o município, o que impacta negativamente no desenvolvimento local.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	A morosidade presente nos órgãos públicos pode desestimular o interesse e a participação da sociedade civil nas iniciativas da Prefeitura. A ausência de planejamento também é um fator de impacto.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O município já teve diversos conselhos que não conseguiram gerar pautas concretas para a sociedade. Assim, é comum ter indivíduos que participam de vários conselhos.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	A articulação entre as organizações não governamentais pode gerar influência sob o Executivo a fim de efetivar ações de fortalecimento da economia solidária no município.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Os recursos político, cognitivo, financeiro e organizacional são essenciais para o sucesso de todo o processo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao governar, o gestor se propõe a manter o Estado em equilíbrio para atender as demandas da sociedade. No entanto, este entendimento não é prática comum nas gestões públicas contemporâneas. Para construir uma boa gestão, é fundamental levantar problemas e sempre avaliar quais os motivos de sua existência. Deste modo, durante este processo, é importante observar os focos a serem trabalhados a fim de garantir o avanço da administração rumo ao Estado Necessário.

No presente estudo, o ponto central é o pouco incentivo da Prefeitura Municipal em ações de Economia Solidária. Porém, é preciso refletir esse desafio em torno de buscar uma maior avaliação governamental e a formação positiva da opinião pública local.

Assim, tal avaliação permitirá ao gestor tomar conhecimento de uma nula, parcial ou total resolução do problema, o que propiciaria o avanço da política social na comunidade. Com base na metodologia apresentada, será possível avaliar as ações realizadas e observar se as resoluções foram suficientes ou se será necessário adotar novas medidas.

Entretanto, o sucesso de um projeto está no exercício da participação social como instrumento principal de gestão. Desta maneira, se não houver as organizações e dirigentes sociais envolvidas em todos os processos de poder, a política traçada não terá o alcance esperado. É nesse momento em que se torna fundamental a formação da opinião pública. Com o apoio de entidades da e da contribuição de lideranças da sociedade civil, a população procura ter um maior interesse sob a gestão, o que contribui para o aumento da transparência e participação. Consequentemente, tais ações levam a um novo conhecimento do governo e assim formar novas concepções sob o mandato, além de diferentes formadores de opinião pública.

Vale destacar que as práticas de economia popular e solidária têm crescido de forma substancial no Brasil. Com soluções inovadoras entre o econômico e o político, torna-se a resolução dos problemas cotidianos enfrentados pelos gestores em alternativas a exclusão social. Possui uma dimensão política forte através da democratização das relações de produção

na direção de processos autogestionários. Tais formas de auto-organização política podem gerar um novo viés político ao indicar a constituição de espaços públicos coletivos, redefinindo as relações entre sociedade civil e poder político numa abordagem ampliada da ação pública (FRANÇA FILHO, 2007). Porém, hoje, o que se observa é que os jovens direcionam suas vidas para o mercado de trabalho, tendo principalmente a chance de realizar o seu grande sonho capitalista através dos cursos superiores tradicionalistas.

Portanto, romper essa realidade torna-se uma tarefa imprescindível para o gestor público. Ao optar por políticas de economia solidária, é praticável uma sociedade mais autônoma, mais igual e justa diante de uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Entretanto, é indispensável uma intensa difusão da temática e de seus resultados práticos junto à sociedade para gerar bons formadores de opinião pública. E desta forma, criar e demonstrar para a população que o "sonho" capitalista não é a única alternativa para se ter uma vida boa e próspera passa ser uma via essencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAGNINO, R. A Capacitação de Gestores Públicos: Uma aproximação ao problema sob a ótica da administração política. **Revista Brasileira de Administração Política**. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - UFBA, vol. 6, 2013.

FILHO, G. C. F. **Teoria e Prática em Economia Solidária. Problemática, Desafios e Vocação**. Revuedu MAUSS, 2007. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net/./?Teoria-e-Pratica-em-Economia>>

POCHAMANN, M. **Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites**. IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf>

POMAR, W. **Brasil, crise internacional e projetos de sociedade**. Publicação do Fórum Perseu Abramo: Idéias para o Brasil. FPA, 2013.

REDE BRASIL ATUAL. **Falta de crédito desafia a economia solidária**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/04/paul-singer-desafios-da-economia-solidaria-sao-permanentes>>

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Revista Sociedade e Estado**. Volume16, no.1, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005&lang=pt>

TAVARES, M. C. **Política e economia na formação do Brasil**. Teoria e Debate, 2000. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/?q=materias/economia/politica-e-economia-na-formacao-do-brasil>>